

O patriarcalismo simbólico no filme *Que Horas Ela Volta?*¹

Letícia BORSARI²

Selma B. COELHO³

Luciana leme Souza e SILVA⁴

Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP)

Este trabalho teve o objetivo de analisar a construção do roteiro e dos personagens do filme brasileiro *Que Horas Ela Volta?* (2015), dirigido por Anna Muylaert. O filme conta a história de uma mãe pernambucana que vai trabalhar como empregada doméstica e babá numa casa de classe média em São Paulo. Os aspectos observados têm como parâmetros os conceitos simbólicos do patriarcalismo, muito presentes dos discursos e no comportamento das personagens. E foi essa a ideia central do artigo: identificar por meio dos discursos e do comportamento das personagens, a transcendência dos valores patriarcais que remontam ao período colonial e que estão ainda presentes nas relações entre patrão e empregada doméstica.

Palavras-chave: *Que Horas Ela Volta?*; cinema; patriarcalismo; empregada doméstica; subordinação.

Características do patriarcado

O patriarcado, condição imperante na sociedade no período colonial no Brasil, deixou costumes e valores que perpetuaram durante todo o processo de independência, industrialização e crescimento político, cultural, econômico e histórico do país. As características sociais herdadas do patriarcado em alguns aspectos pouco não se transformaram ao longo da trajetória histórica. Mesmo com demasiado progresso elas ainda se encontram nos dias atuais, de forma revisionada, e muitas vezes acabam sendo repetidas, principalmente nas condições de subalternidade entre os indivíduos de classe diferentes ou hierarquia de mando.

¹ Trabalho apresentado no IJ 4 – COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL no XXII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – Volta Redonda - RJ – 22 a 24/06/2017

² Estudante de Graduação 3º semestre do Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), e-mail: leticiaborsarii@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo do Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), e-mail: selma-coelho@uol.com.br

⁴ Coorientadora do trabalho: Professora do Curso de Jornalismo do Curso de Jornalismo do Centro Universitário de Rio Preto (UNIRP), e-mail: Luciana@unirp.edu.br

Para se ter uma ideia, em seu sentido mais primitivo, o “pater família” “tinha o poder de vida e de morte sobre todos os que estavam sob sua autoridade: a mulher, os filhos, os agregados e os escravos”. (SCOTT, 2013, p.39).

O fato de muitas vezes atualmente a pecha do patriarcalismo ser tolerada deve-se à sua naturalização enraizada socialmente ao longo dos anos, o que tornou comum nos ideais passados de geração em geração a supremacia de um indivíduo sob outro.

As mulheres eram as vítimas deste conceito social. No âmbito familiar, o patriarcalismo impunha às mulheres total devoção aos seus pais e maridos, passando da autoridade de um para o outro quando se casavam. A violência contra a mulher não deixa de ser um aspecto de poder embutido no subconsciente dos agressores masculinos.

Ainda segundo Scott (2013, p.16):

Na ordem patriarcal, a mulher deveria obedecer ao pai e marido, passando da autoridade de um para o outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel. O domínio masculino era indiscutível. Os projetos individuais e as manifestações de desejos e sentimentos particulares tinham pouco ou nenhum espaço quando o que importava era o grupo familiar e, dentro dele, a vontade do seu chefe, o patriarca, era soberana”.

Os escravos eram submissos aos seus senhores, devendo-lhes obediência. Levando em conta a situação de inferioridade imposta às mulheres e aos escravos, não fica difícil notar a analogia do passado com uma profissão tão comum atualmente, o trabalho doméstico, pois, em sua maioria, é exercido por mulheres e de forma subalterna aos patrões, ficando assim, delimitada a relação patrão/empregado e senhor/escravo.

Na relação senhora\escravas, segundo Habner (2013, p43), havia uma grande distância social entre brancas e suas escravas ou criadas; e essas mulheres viviam fisicamente próximas e podiam criar laços estreitos, mas tal proximidade era tratada com desconfiança, isso foi observado, pois “ já havia trancas nas portas das despensas e armários de comida das casas-grandes das fazendas do Vale do Paraíba⁵.

A partir da segunda metade do século, a participação das escravas nos serviços domésticos foi sendo substituída pelas chamadas criadas, que eram gente livre. O

⁵ STEIN, Stanley. Vassouras: um município brasileiro do café 1850 -1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

serviço doméstico era o emprego mais comum das mulheres pobres urbanas. Criadas e senhoras continuavam mantendo um contato próximo, porém, segundo Habner (2013, p 53):

Em troca dos serviços e da obediência das criadas, as senhoras lhes oferecia proteção⁶, um quatinho para dormir, algumas roupas e alimento diário. Além disso, esperavam que as criadas e mantivessem ao seu dispor e se submetessem a seus caprichos e castigos. As relações entre patroas e criadas podiam ser bastante estreitas, mas carentes de confiança, mesmo quando as senhoras acompanhavam-se para supervisionar as compras. O menor gesto servia para demonstrar a “superioridade” senhora; o simples ato de preparar com talento doces e sobremesas, para deleite dos convidados, podia reforçar o poder da dona da casa”.

No Brasil colônia, a educação era responsabilidade da Igreja Católica, principalmente dos padres jesuítas. O patriarcado era apoiado e disseminado pela Igreja e alegava-se que: “Adão foi induzido ao pecado por Eva e não Eva por Adão. É justo que aquele que foi induzido ao pecado pela mulher seja recebido por ela como soberano”. Este pensamento era de Santo Ambrósio, responsável pelas práticas pedagógicas da época. Esta ideia entre outras colocavam as mulheres sempre em um patamar abaixo dos homens, assim como era feito com índios e, posteriormente, com os negros escravizados, separados por uma linha tênue entre os homens brancos, sobretudo os senhores. (TELES, 1993, Pag.19-20)

Eram inúmeras as argumentações para ratificar a subordinação destes indivíduos, como vimos no caso das mulheres, que até mesmo pautas teológicas eram dissipadas pela própria Igreja com o intuito de moldar o pensamento das pessoas. Essas teorias inspiradas na teologia eram aplicadas igualmente aos escravos. Outras áreas também colaboravam para a construção de ideologias patriarcas, como a biologia, a medicina, as legislações, os provérbios etc.

Quando sancionada a Lei do Ventre Livre (1871) com a legalização da compra da liberdade, as escravas foram persistentes em alcançar a alforria. Enfrentaram desentendimentos com suas patroas e senhores, que queriam mantê-las por mais anos como escravas. Quando alcançada a liberdade, acabavam vítimas de preconceito da sociedade que as consideravam “sem moral”. Muitas foram reescravizadas por não conseguirem provar às autoridades sua liberdade. Em busca de sustento, “atuavam como quitandeiras, lavadeiras, costureiras ou taverneiras” (DIAS, 2013, p.378).

⁶GRAHAN, Sandra Lauderdale. Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

Por isso as mulheres, principalmente as negras, sofrem com a inserção no mercado de trabalho atualmente e desenvolvem trabalhos semelhantes aos exercidos pelas escravas libertas no século passado, pois estes ficaram denominados como “trabalhos de mulher”, mas não qualquer mulher, e sim aquela de classe baixa que não tem opção e precisa de meios para sobreviver. A única escolha dessas mulheres, então, é servir pessoas da elite, como no caso das empregadas domésticas.

Brasil colônia e império são os períodos de maior força do patriarcado em nossa História. Após a industrialização este quadro passou a mudar para mulheres e escravos, que tanto foram diminuídos. Entretanto, não podemos colocar essas mudanças como real modelo de melhora para a vida dessas pessoas, considerando que a elas eram destinados os trabalhos com más condições, mal remuneração e exploração. Portanto, sempre ficaram bem demarcados os espaços considerados superiores e inferiores, desde dentro dos casarões até às senzalas.

Nem mesmo as senhoras da elite eram poupadas desta hierarquia, visto que, deveriam obedecer aos seus pais e maridos. A mulher do senhor era uma figura passiva e inferior ao homem, e, portanto, não podia fazer nada sem o consentimento dele, desde ações dentro de casa, como em relação aos filhos, até ações envolvendo comércio e administração, esta posição era alegada pelas leis da época presentes no Código Filipiano. (HABNER, 2013, pg.50).

Enquanto os senhores estavam acima de suas mulheres na pirâmide hierárquica, abaixo delas estavam as escravas, principalmente as mucamas, tidas como criadas pessoais dentro dos casarões. Elas exerciam o trabalho doméstico, normalmente com o dever de acompanhar as sinhás, responsáveis também pelo cuidado com as crianças e até mesmo pela amamentação servindo como amas de leite, e, muitas vezes tidas como escravas sexuais dos senhores.

Segundo o psicólogo, Georges Daniel⁷: “No Brasil, a mulher branca era escolhida para casar, mas o homem tinha maior preferência sexual pela mulata, pela cabocla e pela morena (...)”. Em alguns casos, essas amantes recebiam graves punições de suas senhoras, que mandavam açoitá-las brutalmente como forma de castigo à traição sofrida, mesmo que a negra não tivesse real culpa pelo adultério do senhor.

⁷BORIS; CESÍDIO (2007) Disponível em<
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012>. Acessado em 21 de abril de 2017.

O processo de industrialização impulsionado no início século XX, depois do final da escravidão e do regime monárquico, mudou de rumo as relações sociais da sociedade brasileira. Mulheres e crianças mis pobres foram absorvidas para trabalhar nas indústrias. Porém, segundo Arend (2013, p73), tal prática foi interrompida pelo Código de Menores de 1927 e a legislação trabalhista as quais impediam meninos e meninas no espaço fabril. Nessas atividades de espaço público, então, “autoridades judiciais da época aconselhavam os patrões a não contratarem meninas para trabalhar em seus estabelecimentos” (2013, p.76). Portanto,

(...) Restava, então, para a grande maioria das meninas sem recursos que habitavam o espaço urbano, o trabalho doméstico. Grande parte delas começava entre os 9 e 10 anos a trabalhar como babás e, com o avançar da idade, tornavam-se empregadas domésticas. Muitas meninas e moças conhecidas como “filhas de criação” habitavam as residências das famílias das elites ou dos setores médios e recebiam como pagamento pelo seu labor somente cama, comida e algumas roupas. De maneira geral, o salário obtido pelas meninas até determinada idade contribuía para reforçar o orçamento da família era, portanto, bem-vindo. (ARENDA, 2013, P. 76)

*Segundo Santoso o trabalhador doméstico, no século XIX, era um sujeito subalterno*⁸ e inseria-se em:

um contexto no qual o espaço ocupado no âmbito do trabalho e a representação como trabalhador estão inseridos no imaginário social de dominação e subordinação para além das demandas de classe, condicionado por fatores históricos e sociais que pré-determinam o comportamento, o lugar a ser ocupado e as aspirações desses indivíduos.⁹

Gomes e Cunha (2007, p. 11), completam com a afirmação:

...A sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual relações de trabalho, de hierarquias e de poder abrigaram identidades sociais se não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características das relações senhor - escravo.

O Patriarcalismo simbólico no filme *Que Horas Ela Volta?*

O filme brasileiro *Que Horas Ela Volta?* (2015), dirigido por Anna Muylaert, conta a história de uma mãe pernambucana que vai trabalhar como empregada doméstica e babá numa casa de classe média em São Paulo. Val (a mãe) deixa a filha (Jéssica) para cuidar do filho (Fabinho) dos patrões. Por 13 anos Val morou na casa dos

⁸Para Spivak¹ (2010 apud FIGUEIREDO 2011, p. 85) o termo subalterno refere-se não apenas ao oprimido, mas como representação para aqueles que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente.

⁹ SANTOS, Denise do Nascimento. 2014. Disponível em <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/2886>>. Acessado em 20 de abril de 2017.

patrões nestas condições de serviçal, até que sua filha Jéssica aparece para inverter os valores até então estabelecidos na hierarquia patrão e empregada.

O roteiro do filme *Que Horas ela Volta?*, escrito por Anna Muylaert, apresenta diversas passagens análogas às correlações observadas no sistema patriarcal, as quais transcenderam para os dias atuais. Nesta análise consideramos *Que Horas ela Volta?* uma crítica a esse sistema senhoril ainda existente entre patrões e empregadas domésticas. Sumiram as senzalas nos porões, a condição de escravo, porém o espaço simbólico e físico e a diferenciação de tratamento aos subordinados permanecem de forma revisionada.

O filme aborda a questão da estratificação social no âmbito doméstico. Como protagonista, Val, interpretada por Regina Casé, demonstra a realidade contemporânea da vida das empregadas domésticas no Brasil. A partir de situações vivenciadas por Val, pode-se observar a analogia da relação patrão e empregado presente no Brasil Colônia e Império, refletida na atualidade sem perder a principal característica: o patriarcado.

Val deixou o Pernambuco onde vivia com sua família para buscar melhores condições, instalando-se em um bairro nobre de São Paulo para trabalhar como doméstica na casa de Bárbara (Karine Teles) e seu marido Carlos (Lourenço Mutarelli). Tal condição é o arremedo de mulheres das classes menos abastadas que, por não obterem opções, deixam suas origens para trabalhar nas grandes metrópoles como empregadas domésticas. A diáspora dos dias atuais leva muitas “Vals” a saírem em busca de sobrevivência em outros espaços. A diáspora escravista simplesmente “arrancou” os negros dos seus espaços.

Val foi quem teve maior participação no crescimento do filho do casal, Fabinho (Michel Joelsas), e é com essa demonstração que o filme se inicia. O garoto nadando e Val (na situação de babá) à beira da piscina. Fabinho a convida para entrar na água e ela diz não ter maiô. Não é difícil perceber que esta resposta é automática, tendo em vista que mesmo que ela tivesse um maiô ou até mesmo vontade, não seria “aceitável” a empregada dentro da piscina. A desculpa do maiô é uma simbologia: ali não é o lugar de Val. No sistema patriarcal, as mucamas e amas-de-leite também estavam relegadas aos limites de sua posição, mesmo tendo constante contato com suas senhoras.

Simultaneamente na cena em que Val aparece cuidando de Fabinho na piscina, Val conversa com sua filha ao telefone, que está longe dali, em Pernambuco. E foi desta forma, somente por ligações telefônicas, que Val mantinha o contato com a filha. Val

deixa a sua filha sendo criada por outra pessoa, para se dedicar integralmente a seu trabalho e aos cuidados de outra família e outra criança. A incrível ironia: desse trabalho tirava o dinheiro para enviar a outra pessoa para criar sua filha. Mais uma vez uma cena que relembra o papel das amas de leite e criadas de servir dos séculos XVIII e XIX, porém Val tem um salário para isso, não somente cama, comida e roupas.

Considerada “como se fosse da família”, como alega seus patrões, Val dorme em um pequeno quarto no fundo da casa, não participa das refeições à mesa, não é ouvida com atenção pela patroa, não deve comer algumas coisas que não são para empregados, fica alheia a conversas em inglês (os patrões se comunicam assim para que ela não entenda), entre outros pequenos detalhes que a colocam em uma posição subalterna e muito distante do fantasioso conceito familiar. A única relação mais próxima que possui na casa é com Fabinho, que por ela demonstra ter mais carinho do que pela própria mãe.

Para Val, essas barreiras e diferenças de tratamento entre ela e os patrões parecem invisíveis, como se fossem comuns e corretamente estabelecidas. Até mesmo a indiferença não é notada pela protagonista. Nota-se isso, quando no aniversário de sua patroa, Val a presenteia com um jogo de xícaras, o qual Bárbara mal olha e somente diz para guardar para uma ocasião especial. Então, na festa de comemoração do aniversário, Val é quem serve os convidados, e pega o jogo de xícaras para usar na “data especial”, infelizmente considerada somente por ela, pois Bárbara a impede de usá-lo. Eis a estética de diferenciação de classe.

Pierre Bourdieu, em seu livro *Distinção* (2002), aponta como a diferenciação simbólica entre as classes e os segmentos de classe naturalizam-se em tipos diferenciados de pessoas. Os impactos psíquicos causados por essa diferenciação afetam as condições emocionais dos indivíduos causando depressão, timidez e baixa autoestima. Sua projeção nos impactos sociais acaba dificultando o desempenho individual nas relações diante do outro, principalmente entre subordinados.

Após dez anos sem ver a própria filha, Val recebe a notícia de que ela vem para ficar em “sua casa” para prestar vestibular. A partir deste momento o percurso da história toma outro rumo. Jéssica (Camila Márdila) é a personagem que desconstrói as relações patriarcais da casa, e, portanto, causa conflitos ao casal e a sua própria mãe, já que se nega a viver ou sentir a diferenciação simbólica entre as classes. A relação de mãe e filha não existe entre Val e Jéssica. Essa distância é percebida quando Jéssica se refere

a Val pelo próprio nome, reflexos da falta de convivência por anos distante da garota, que foi criada pela tia.

Nas primeiras conversas com os patrões de Val, Jéssica conta seu interesse em cursar arquitetura em uma faculdade bastante concorrida. Em resposta a sua ousadia, Jéssica é questionada preconceituosamente pelos patrões de Val a respeito do conhecimento da concorrência e se ela teria instrução para conseguir a vaga.

Timecode (30:40) Dr. Carlos pergunta sobre a educação da moça:

Dr. Carlos: “Mas e a escola lá era boa?”

Jéssica: “O ensino de lá? Não, não era muito bom, não! Mas eu sempre tive ajuda, né. Aí eu conheci um professor de história, João Emanuel, que me ajudou bastante.”

D. Bárbara: “Ajudou como?”

Jéssica: “Ah ele tinha uma visão muito crítica de umas coisas, aí ele passou umas coisas bem importantes pra gente pensar, né.”

Estes diálogos evidenciam a desigualdade social e falta de oportunidades abordadas no filme. Desde o sistema patriarcal até as décadas de 2000\2010 tal condição de oportunidade de estudo era somente privilégio de uma classe mais abastada. Não existia oportunidade institucionalizada pelo estado e os filhos dos mais pobres eram obrigados a deixar o estudo para trabalhar. A situação mudou e Jéssica é prova disso. (ARREND, 2013, p. 77)

Causa indignação a condição de que somente consegue entrar para uma boa faculdade o “filhinho de papai”, pois as oportunidades são bem diferentes para um jovem filho de empresário de São Paulo e uma filha de empregada doméstica do Pernambuco.

Outra cena de negação da diferenciação de classe ocorre quando Jéssica não aceitou ficar no quarto dos fundos, e ainda questionou a mãe como ela conseguia viver assim.

Timecode (26:24 – 26:47)

Val: “Eu moro lá”

Jéssica: “Como assim? tu mora lá, Val? Tá me levando pra casa dos seus patrões?”

Val: “Eu moro no serviço, já falei”

Jéssica inconformada: “tu mora no quatinho dos fundos da casa deles?”

(27: 08) Val mostra o quatinho que dorme para Jéssica, que parece não acreditar no que está vendo:

Val: “Esse é o colchão que D. Bárbara mandou comprar pra tu ó, primeira classe, aqui ó roupa de cama, toalha, o que precisar tem”

A palavra “primeira classe”, dita por Val, demonstra que a mãe conhece essa diferenciação simbólica do espaço existente na sua condição de subordinada. Uma das

cenar de negação da condição subalterna vivida por Val aconteceu, também, quando Jéssica se ofereceu para ficar no quarto de hóspedes com o consentimento de Carlos.

Timecode (34:40)- Jéssica joga indiretas para ficar no quarto de hóspedes:
 Jéssica: “Olha, colchão gostoso”
 Val: “Jéssica, levanta daí”
 Jéssica: “Colchão bom e ninguém dorme aqui”
 Dr. Carlos: “É, quarto de hóspedes”
 Jéssica: “Ah é onde eu vou ficar, então”
 Val: “Jéssica, tá doida? Perdeu o juízo?”
 Dr. Carlos: “Quer ficar aqui?”
 Val: “Pelo amor de Deus”
 Dr. Carlos: “Quer ficar?”
 Jéssica: “Seria bom pra estudar, não atrapalhar a Val.”
 Val: “Não Jéssica, vai ficar comigo, no meu quartinho. Perdeste o juízo, foi?”
 35:03 Dr. Carlos avisa D. Bárbara que a Jéssica vai ficar no quarto de hóspedes:
 Dr. Carlos: “Bárbara, a Jéssica vai ficar aqui.”
 D. Bárbara: “Tudo bem.” – fecha a cara e bate a porta de outro.
 (35:30) Jéssica fala de pegar suas coisas para ir para o quarto de hóspedes:
 Jéssica:” Vou lá pegar minhas coisas.”
 Val: “Jéssica, deixa de ser oferecida.”

A ousadia causou descontentamento a D. Bárbara. Ali houve a analogia do senhor de engenho privilegiando a subordinada. O “Fechar a cara” de D. Bárbara era o início do processo de rejeição à “filha da empregada”. Jéssica continuou desafiando tal condição quando aceitou ser servida no café pela patroa, sentou-se à mesma para comer, pegou o sorvete que era de Fabinho (e não o que era destinado aos empregados) e entrou na piscina quando sua mãe a aconselhou dizer não ter maiô caso Fabinho a convidasse (mesmo que ela tenha sido jogada na piscina). Em todas essas cenas ocorre a ruptura das condições de diferenciação de classe. Nenhuma dessas atitudes era permitida aos subalternos no sistema patriarcal.

Jéssica não acredita que há 13 anos morando ali, Val nunca entrara na piscina. Vista como abusada pela patroa, os outros empregados e até pela mãe que a adverte inúmeras vezes, não entende porque deveria seguir as imposições e pergunta a Val onde ela aprendeu “que não pode isso e não pode aquilo”. A resposta é característica intrínseca do patriarcado “a pessoa já nasce sabendo”. No sistema patriarcal cada um no seu lugar e tais condições de tratamento pela diferenciação de classe está fortemente enraizado na mente das pessoas, que transcende esses costumes às futuras gerações.

Diferente do tratamento de Bárbara com Jéssica, Carlos não trata Jéssica na condição de subalterna, inclusive convidando-a para almoços e passeios. Mas essa gentileza é demarcada por um interesse especial do patrão pela moça que, “não vê maldade na situação”. Nesta passagem, portanto, notamos outra característica do

patriarcado, o assédio, que acontece de maneira corriqueira na vida das mulheres, principalmente quando o homem se considera superior pela sua posição social e pelo simples fato de ser homem. Situações como essas, mesmo que contemporâneas, não estão muito distantes dos períodos colonial\imperial, onde as criadas de servir não só eram assediadas, como sofriam abusos de seus senhores. No patriarcado, os abusos sexuais eram imperativos, mas no filme Dr. Carlos vê em Jéssica como uma alternativa a sua vida monótona. Ele comanda o espaço, mas D. Bárbara tem o poder de mando.

Dr. Carlos que já estava “encantado” com Jéssica a pede em casamento: (1:10:30)

Dr. Carlos: “Então, às vezes a gente fala umas coisas que podem parecer loucura, sabe? Mas se eu não falo, talvez isso seja loucura (...) Quer casar comigo?”

Jéssica rindo: “Desculpa, eu não sei o que dizer.”

Dr. Carlos, ajoelha-se: “Diz sim.”

Jéssica: “Não, não. Eu não estou entendendo.”

Dr. Carlos, sem graça: “Desculpa, eu estava brincando.”

Jéssica tenta fazer com que a mãe entenda que o modo como é tratada não é condizente com os chamados vínculos familiares. Um dos momentos que marcam o distanciamento de Val desses paradigmas é quando, invadida pela felicidade pelo fato da filha ter conseguido passar no vestibular, entra na piscina.

Enquanto Jéssica alcançara seu objetivo, Fabinho não conseguiu nem metade da pontuação da simples da pernambucana, e a partir desta situação, Muylaert leva-nos a reflexão de que a classe popular também tem chances nesse país tão desigual, mesmo que mínimas comparadas à elite. É o momento que o roteiro transcende à realidade, a realidade do discurso de Jéssica.

O filme se encerra com o pedido de demissão de Val, que não quer mais viver como empregada doméstica, porque aprendera com Jéssica que há outras coisas para se experimentar, e é isto então que ela aspira, um novo meio de viver para uma realização interior que veio, conseqüentemente, com a mudança de estratificação social conquistada por Jéssica ao passar na faculdade. Val vai morar com Jéssica, e em comemoração usam o jogo de xícaras que estava destinado para uma “data especial”, e a ausência de intimidade entre mãe e filha já é quase inexistente.

Quando Val pede de demissão, mesmo D. Barbara oferecendo aumento de salário, ocorre o processo de conscientização e desligamento da condição de subalterna a qual Val estava submetida. A possibilidade de estratificação de classe estava presente.

Transcendência do patriarcado

O fato de o trabalho doméstico ser em maior parte exercido por mulheres não é uma mera coincidência. Isto explica-se pelo decorrer histórico, sobretudo envolvendo a subalternidade imposta a mulher desde o período colonial. Vítimas de desigualdades sociais, os principais alvos foram e ainda são as negras que, segundo o IBGE¹⁰, com estatísticas feitas em 2010, 62,3% das empregadas domésticas no Brasil são negras e sem carteira assinada, reflexos de um período escravocrata.

A denominação empregada doméstica carrega em si um preconceito: por que não trabalhadora doméstica? Frisando que ambas possuem significados distintos. A primeira referindo-se à prestação pessoalmente de serviços de forma habitual, e como o próprio nome “empregado” diz, aquele que está subordinado a alguém.

Caetano Soares, jurista e emancipacionista da escravidão no Brasil, no século XIX, baseando seus estudos em princípios jurídico-filosóficos, principalmente nos pensamentos de Montesquieu e Voltaire, considerou a escravidão como um mal não necessário à sociedade, retirando de ambos a tese de que todo ser humano, “até o mais vil serviçal”, possuía aversão à escravidão. No mesmo raciocínio de Caetano Soares, Davis, escritor americano, lembra que para Voltaire a igualdade é um direito natural de todo indivíduo, entretanto é a “coisa mais natural e mais quimérica” (PENA, 2001, Pags. 148-156).

Não diferente dos conceitos escravistas dos pensadores do século XIX, as relações de empregado e patrão da sociedade contemporânea ainda mantêm a característica quimérica, colocada por Voltaire no direito de igualdade. Mesmo que não vivendo mais em uma sociedade escravocrata, alimentamos a falsa ilusão de direitos igualitários, quando na verdade estamos em um sistema hierárquico. Assim, os patrões, ao alegar suas empregadas domésticas como “praticamente da família”, mistificam e ocultam a realidade demarcada pela desigualdade social nas relações de convivência

A situação dessas mulheres que dedicam suas vidas a outras famílias está intrinsecamente ligada a das escravas do período imperial, igualmente dedicadas aos afazeres domésticos e subalternas às ordens de seus patrões, criando filhos que não lhe pertencem. Atualmente considera-se emancipada a mulher que não está dentro do lar, e

¹⁰ Disponível em <

<http://www.sof.org.br/2015/06/12/publicacao-estatisticas-de-genero-do-ibge-mostra-dados-relevantes-sobre-a-autonomia-economica-das-mulheres/>. Acessado em 20 de abril de 2017.

sim trabalhando fora. Entretanto, há certa ambiguidade quando refletida esta questão, levando em conta que, para uma mulher trabalhar fora, como o caso de Dona Bárbara, no filme, ela depende de outra mulher para fazer os trabalhos domésticos, e ainda, não diferente na situação de Val, que deixou uma filha para buscar novas condições, mas transferindo os cuidados da criança à outra mulher. Portanto, esta emancipação torna-se ilusória, o que não reverte o quadro de mulheres exercendo no âmbito privado, não porque querem, mas sim porque não há opções de sobrevivência.

Timecode ((1:46:28). No quartinho dos fundos, onde dormem, Jéssica questiona Val sobre viver de modo inferior e discutem sobre sua criação:

Jéssica: “Não sei como aguenta ser tratada como cidadã de segunda classe. Isso aqui é pior que a Índia.”

Val: “Não vem com essas conversas “difícil”, não. Tu que é metida.”

Jéssica: “Isso aqui é tudo escroto, isso sim.”

Val: “Não fale palavrão. Tu que se acha melhor que todo mundo, superior a todo mundo.”

Jéssica: “Não me acho superior, não. Só não me acho pior, é diferente.”

Val: “Tu ainda vai me fazer perder esse emprego.”

Jéssica: “Ah, foda-se.”

Val: “Olha o palavrão, é pra lavar essa boca com sabão. Me respeita que eu sou sua mãe.”

Jéssica: “É minha mãe é nada. Sandra que me criou.”

Val: “Sandra lhe criou com o dinheiro que eu mandava todo mês a ela, pra pagar sua escola, seu dentista. Sandra ficou com a parte boa e eu aqui ralando (...)”

Conclusão

Dirigido por uma mulher, Anna Muylaert, o filme *Que Horas Ela Volta?* é uma crítica ao tratamento diferenciado entre empregada e patroa motivado pela diferenciação de classe. Na vida real, há dois finais para o roteiro de Muylaert: ou a empregada aceita o aumento ou pede demissão, como foi o caso de Val. Caso imperasse a primeira opção, também haveria uma ruptura de enfrentamento por parte da subordinada que, de certa forma, acabaria por determinar algumas condições nas relações de trabalho a partir dali, pois houve uma cisão na relação de subordinação. Entendeu a patroa a perda do comando e a necessidade dos trabalhos de Val. Porém, as relações amistosas poderiam durar pouco tempo, até que D. Bárbara voltasse a ter a impressão que lhe voltou o comando da situação. Mas Val tem, agora, o suporte de Jéssica, a filha que estuda numa instituição de ensino de renome, e simbolicamente, representa a ascensão, o motivo da estratificação social, a fuga da subordinação. O quarto de Val era a senzala urbana. Por 13 anos, aceitou a condição de subalterna, pois não havia alternativa e nem perspectiva até Jéssica desconstruir e romper a barreira dessa senzala.

Referências

AREND, Sílvia Fávero. **Trabalho, escola e lazer**. In. Nova História das Mulheres no Brasil. Orgs. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2013.

BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; CESÍDIO, Mirella de Holanda. **Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade**. Revista Mal Estar e Subjetividade. versão On-line ISSN 2175-3644. v.7 n.2 Fortaleza set. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012>. Acessado em 21 de abril de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **La Distinción. Criterios y bases sociales del gusto**. México: Taurus, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição**. In. GOMES, Flávio (Org.). Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

DIAS, Maria Odila. **Escravas: resistir e sobreviver**. In. Nova História das Mulheres no Brasil. Orgs. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GRAHAN, Sandra Lauderdale. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

HABNER, June E. Honra e Distinção das famílias. In. Nova História das Mulheres no Brasil. Orgs. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PENA, Eduardo Spiller. Pajens da casa imperial. Campinas -SP: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos arranjos familiares. In. Nova História das Mulheres no Brasil. Orgs. Carla Bassanezi Pinsky e Joana Maria Pedro. 1º ed. São Paulo: Contexto, 2013.

STEIN, Stanley Vassouras: um município brasileiro do café 1850 -1900. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Ficha Técnica do filme

Título Que Horas Ela Volta? (Original). Ano produção: 2015. Dirigido por Anna Muylaert. Estreia 27 de Agosto de 2015 (Brasil) Duração: 114 minutos. Classificação 12 anos. Gênero: Drama Nacional. Brasil.